

Estimativa do Ministério da Economia prevê redução dos déficits financeiro e atuarial dos Regimes Próprios, com diminuição imediata nos gastos das prefeituras

A aprovação da Nova Previdência deverá gerar impacto financeiro positivo de cerca de R\$ 170,4 bilhões, em dez anos, nos 2,1 mil municípios que possuem Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), responsáveis pelas aposentadorias e pensões de servidores públicos municipais. É o que mostra estimativa da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia divulgada nesta quarta-feira (10).

A estimativa considera a redução de despesas e o acréscimo de receitas previstos na Proposta de Emenda à Constituição 6/2019, em análise na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. A PEC estabelece novas regras de cálculo de aposentadorias e pensões, novas alíquotas de contribuição e maior tempo dos servidores na ativa, com a consequente postergação de aposentadorias. “A Nova Previdência vai melhorar as contas dos municípios, permitindo que prefeituras invistam mais em saúde e educação”, disse o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho.

A aprovação da Nova Previdência também deverá diminuir em cerca de 35% o déficit atuarial dos RPPS municipais – dos atuais R\$ 1,03 trilhão para R\$ 676,5 bilhões, uma queda de R\$ 356,4 bilhões. Por déficit atuarial, entende-se o montante necessário, a valor presente, para fazer frente ao fluxo de despesas futuras com aposentadorias, pensões e demais benefícios.

Marinho destacou que a redução do déficit atuarial dos RPPS municipais terá impacto imediato nas contas das prefeituras. Isso porque os municípios cujos Regimes Próprios apresentam déficit atuarial são obrigados a firmar planos de equacionamento, por meio dos quais repassam recursos aos respectivos RPPS. Os desembolsos são calculados com base no déficit atuarial. Logo, a diminuição do déficit faz cair o valor dos repasses municipais. “O alívio financeiro será imediato”, enfatizou o secretário especial.

A previsão de economia do governo federal com a Nova Previdência, em dez anos, é de R\$ 1,1 trilhão no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e no RPPS da União. O impacto financeiro estimado de R\$ 170,4 bilhões nos RPPS municipais, nos fluxos de receitas e despesas, é adicional a esse montante.

Fonte: Secretaria de Previdência, em 10.04.2019